O PERFIL FEMININO NA GESTÃO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS EM DIFERENTES MUNICÍPIOS GAÚCHOS

THE FEMALE PROFILE IN THE MANAGEMENT OF RURAL ESTABLISHMENTS IN DIFFERENT MUNICIPALITIES GAÚCHOS

Autor: Letícia Maiara Schu
Filiação: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
E-mail: schu.leticia.m@gmail.com

Autor: Rosani Marisa Spanevello
Filiação: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
E-mail: rosani.spanevello@ufsm.br

Autor: Tailini Soares Botene
Filiação: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
E-mail: tailini.botene@acad.ufsm.br

Autor: Patrícia Machado Iserhardt
Filiação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
E-mail: pmiadvocacia@hotmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT9. Trabalho, emprego, ocupações rurais e relações de gênero

Resumo
Segundo dados do Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2017, os homens ocupam, em maior número, os cargos de gestão dos estabelecimentos agropecuários, tanto em nível nacional como dentro do Estado do Rio Grande do Sul, onde as mulheres ocupam, respectivamente, apenas 19% e 12,02% dos cargos de gestão de estabelecimentos rurais. Em que pese o quantitativo numérico de mulheres ser expressivamente menor do que o de homens na gestão de estabelecimentos rurais, é preciso compreender que as mulheres têm alavancado espaços diferenciados na gestão de propriedades.O objetivo deste trabalho, portanto, é identificar o perfil feminino que, nos dias de hoje, está à frente da gestão de estabelecimentos rurais gaúchos, bem como analisar as características das propriedades geridas e os desafios enfrentados pelas gestoras no exercício da atividade rural em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado com questões fechadas e abertas, o qual foi direcionado a mulheres gaúchas identificadas como gestoras de propriedades rurais, cujo contato foi obtido junto a cooperativas e comissões agrícolas, bem como pelas redes sociais. A partir da identificação das características das mulheres que responderam ao questionário desta pesquisa, pode-se verificar um número significativo de mulheres jovens, que não mantêm relacionamentos formais e com alto nível de escolaridade. Também foi identificado que as propriedades geridas variam entre pequenas, médias e grandes propriedades, e que o preconceito de gênero ainda é um desafio enfrentado pela maioria das participantes da pesquisa no desempenho da atividade rural.
Palavras-chave: Perfil feminino. Gestão. Estabelecimentos rurais.

Abstract
According to data from the Agricultural Census, carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in 2017, men occupy, in greater numbers, management positions in agricultural establishments, both at the national level and within the State of Rio Grande do Sul, where women occupy, respectively, only 19% and 12.02% of management positions in rural establishments. Although the number of women in rural property management is significantly lower than that of men, it is important to understand that women have been leveraging different spaces in property management. The objective of this study, therefore, is to identify the female profile that is currently at the forefront of rural property management in Rio Grande do

Sul, as well as to analyze the characteristics of the properties managed and the challenges faced by managers in the exercise of rural activities in several municipalities in the state of Rio Grande do Sul. Data collection was carried out through a structured questionnaire with closed and open questions, which was directed to women from Rio Grande do Sul identified as rural property managers, whose contact details were obtained from cooperatives and agricultural commissions, as well as through social networks. Based on the identification of the characteristics of the women who responded to the questionnaire for this research, it can be seen that there is a significant number of young women, who do not maintain formal relationships and have a high level of education. It was also identified that the properties managed vary between small, medium and large properties, and that gender bias is still a challenge faced by the majority of research participants in the performance of rural activities.
***Key words**: Female profile. Management. Rural establishments.*

1. Introdução

O ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro começou a ser notado na década de 1970 e, desde então, vem aumentando, sem indicativos de que esse processo possa sofrer algum retrocesso, conforme sugere Bruschini (1994). Para a autora, as razões pelas quais as mulheres buscaram ingressar no mercado de trabalho ao longo dos anos são diversas: complementação da renda da família, ascensão das expectativas de consumo, necessidade de diversificação da cesta e a própria demanda da industrialização por mais trabalhadores etc.

Atualmente, no setor agropecuário brasileiro, 1,7 milhões de mulheres estão ocupadas na atividade rural, em que pese os homens ainda sejam a maioria do setor, com 7 milhões de representantes, segundo aponta Dieese (2022). No mesmo sentido, os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE) apontam que 947 mil mulheres ocupam cargos de gestão de estabelecimentos agropecuários, perfazendo 19% dos estabelecimentos brasileiros, ao passo que os gestores homens somam 5,07 milhões de ocupados nessas funções.

No Rio Grande do Sul, por sua vez, a totalidade de estabelecimentos agropecuários é de 365.052 estabelecimentos, sendo que apenas 43.893 são comandados por mulheres, o equivalente a 12,02% (IBGE, 2017). A Tabela 1 demonstra o número de mulheres que ocupam cargos de gestão de estabelecimentos rurais por mesorregião do Rio Grande do Sul:

Tabela 1 – Percentual de mulheres gestoras de estabelecimentos rurais no RS

Região	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos gerenciados por mulheres	Percentual
Noroeste Rio-Grandense	142.841	15.030	11%
Nordeste Rio-Grandense	35.352	3.411	10%
Centro Ocidental Rio-Grandense	25.332	3.238	13%
Centro Oriental Rio-Grandense	50.927	6.212	12%
Metropolitana de Porto Alegre	52.112	7.103	14%
Sudoeste Rio-Grandense	22.580	3.776	17%
Sudeste Rio-Grandense	35.744	5.323	15%

Fonte: elaborada pelas autoras, com base em dados do IBGE (2017).

Apesar de o quantitativo numérico de mulheres ser efetivamente menor do que o de homens, notadamente no que se refere à gestão das atividades agropecuárias e da propriedade, é preciso compreender que as mulheres têm alavancado espaços diferenciados na gestão de propriedades, de forma independente ou associadas com seus cônjuges e demais membros da família.

Spanevello *et al* (2022), analisando o trabalho feminino no meio rural gaúcho, afirmam ser preciso considerar os distintos cenários de inserção das mulheres no meio rural para se obter um panorama aprofundado das características de gestão das propriedades, das atividades e da renda, tendo em vista que os diferentes cenários e sistemas de produção agropecuária (pecuária de corte, consoante Neves, 2021; pecuária de leite, consoante Spanevello *et al*, 2020; produção agroecológica, consoante Brito e Nascimento, 2020; e nas

atividades não agrícolas, conforme Spanevello *et al*, 2022) podem evidenciar uma participação maior ou menor das mulheres nas atividades inerentes ao meio rural.

Para Mottley (2019) os desafios que as mulheres empresárias rurais enfrentam na atividade vão desde as dificuldades para ter acesso a produtos e serviços financeiros pertinentes, até dependência de amigos e familiares para obter financiamentos e outros tipos de apoio para os negócios, sendo que muitas mulheres se utilizam de seus fundos pessoais para o investimento na propriedade, sendo escassas as políticas públicas, instituições, programas e projetos para ampliar sua atuação no meio rural.

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) identificou em 2022 a existência de uma forte tendência de crescimento da participação da mulher no agronegócio brasileiro. A pesquisa realizada pela associação mostrou que 59,2% das mulheres inseridas no agronegócio brasileiro são proprietárias ou sócias dos estabelecimentos nos quais atuam, sendo que 30,5% fazem parte da diretoria, são gerentes, administradoras ou coordenadoras, e 10,4% são funcionárias ou colaboradoras. Conforme a ABAG (2022), as mulheres enfrentam muitos obstáculos no campo do agronegócio, pois esse é um setor ainda muito masculinizado.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é identificar o perfil feminino que, nos dias de hoje, está à frente da gestão de estabelecimentos rurais gaúchos, bem como analisar as características das propriedades geridas e os desafios enfrentados pelas gestoras no exercício da atividade rural em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

2. Métodos

Este trabalho foi desenvolvido com base na definição de pesquisa social dada por Gil (1989), o qual refere que, por meio da pesquisa social, produzem-se novas informações no campo da realidade social humana, ou seja, a pesquisa engloba aspectos relativos ao ser humano e seus diversos relacionamentos interpessoais ou sua relação com as instituições da sociedade.

É nesse contexto de pesquisa social que o trabalho buscou identificar o perfil feminino à frente da gestão de estabelecimentos rurais gaúchos e seus relacionamentos interpessoais institucionais no âmbito do exercício de suas funções de gestão, analisando as características das propriedades geridas e os desafios enfrentados pelas gestoras no exercício da atividade rural em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Para a coleta de dados, elaborou-se um questionário contendo questões abertas, as quais as respondentes podiam responder com suas próprias palavras, e fechadas, com as opções de respostas previamente definidas. Gil (1989, p. 24) menciona que o questionário constitui “uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais”, pois, dentre suas vantagens, está a possibilidade de alcance de maior número de pessoas.

O quadro abaixo ilustra a estrutura do questionário elaborado para o desenvolvimento do trabalho, demonstrando as perguntas incluídas em cada seção de interesse da pesquisa: as características pessoais das mulheres gestoras de propriedades rurais, as características das propriedades que elas gerenciam e os desafios inerentes ao exercício da gestão, sob suas perspectivas.

Quadro 1 – Estrutura do questionário

Características pessoais	Idade
	Estado civil
	Filhos
	Nível de ensino
	Área de formação superior ou técnica
Características da propriedade	Hectares

	Localização
	Arrendamento
	Atividade desenvolvida
	Ajuda familiar
	Mão de obra
Características da gestão do estabelecimento	A mulher é a principal gestora
	Como foi sua inserção no agronegócio
	Há quanto tempo atua no meio rural
	Busca se atualizar para o desempenho de suas funções na gestão do estabelecimento rural
	Desafios que encontrou enquanto mulher gestora

Fonte: elaborado pelas autoras.

O foi questionário elaborado dentro da Plataforma *Google Forms* e as solicitações de participação foram encaminhadas por meio do aplicativo de conversação *WhatsApp* e da rede social *Instagram*.

A obtenção das informações de identificação das mulheres gaúchas gestoras de propriedades rurais gaúchas ocorreu de distintas formas: a) através de Cooperativas Agropecuárias, como é o caso da Cooperativa Tritícola Mista Campo Novo Ltda, que indicou mulheres associadas gestoras de propriedades; b) através de representantes da Comissão das Mulheres da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), que também indicou algumas mulheres a frente de propriedades; e c) com mulheres que se apresentavam como gestoras de propriedades em redes sociais, as quais foram identificadas pelas próprias autoras.

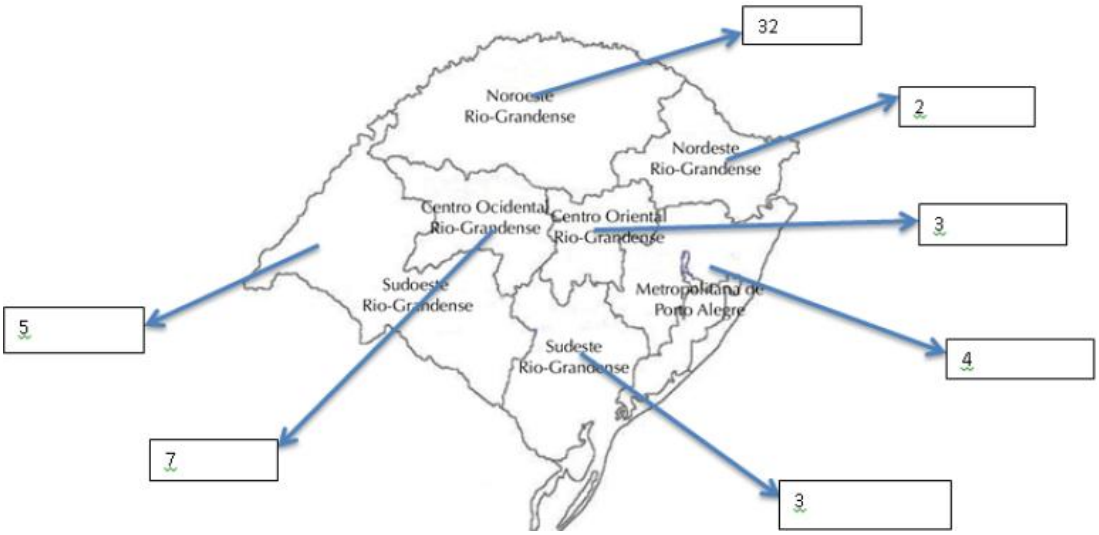
Desse modo, tem-se que a pesquisa foi realizada por amostragem, haja vista a dificuldade de obtenção de acesso a todo o universo que corresponde às possíveis gestoras de propriedades rurais existentes no Rio Grande do Sul. Assim, a amostra correspondeu a apenas uma parte dos elementos que compõem esse universo, sendo também uma amostragem por acessibilidade, cuja amostra se constitui conforme o acesso que os pesquisadores possuem em relação aos pesquisados, consoante ensina Gil (1989).

Com efeito, no total, foram 56 mulheres que responderam ao questionário, o qual foi enviado às respondentes no período de 15 de agosto a 30 de setembro de 2023.

As respostas foram obtidas junto a mulheres residentes nas seguintes mesorregiões e municípios do Rio Grande do Sul: centro ocidental rio-grandense (Jaguari, Júlio de Castilhos, Quevedos, São Martinho da Serra, Tupanciretã), centro oriental rio-grandense (Pantano Grande, Vera cruz, Candelária), metropolitana de Porto Alegre (Palmares do Sul, São Francisco de Paula, São Jerônimo), nordeste rio-grandense (Campestre da Serra, São José do Herval), noroeste rio-grandense (Boa vista do Buricá, Caibaté, Campina das Missões,Campo Novo, Carazinho,Crissiumal, Cruz Alta, Ernestina, Esperança do Sul, Herval, Ijuí, Palmeira das Missões, Santa Bárbara do Sul, Santa Rosa, São Martinho, Tenente Portela, Três Passos,Victor Graeff), sudeste rio-grandense (Caçapava do Sul, Pelotas, São Gabriel), sudoeste rio-grandense (Lavras do Sul, Santa Ana do Livramento).

A Figura 2 demonstra as mesorregiões alcançadas pela pesquisa e o número de mulheres que responderam ao questionário, com destaque para a região noroeste do estado, de onde foi possível obter respostas de 32 participantes.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: Adaptado de FERIGOLLO, Daniele *et al* (2017).

Por fim, cabe mencionar que a pesquisa se caracteriza como descritiva. Para Gil (1989), "as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis". No caso concreto, a pesquisa intenciona descrever as características de um grupo, que é representado por mulheres gestoras de propriedades rurais, e de sua inserção na gestão de estabelecimentos rurais.

3. Resultados e discussão

3.1. Caracterização das entrevistadas

Segundo Graziano da Silva (2002), a ocupação rural brasileira vem passando por modificações ao longo dos anos, configurando o que hoje se denomina "o novo rural". Nesse contexto, Freitas *et al* chamam a atenção para as características dessas mudanças que ocasionaram a "nova ruralidade" e que implicam na necessidade de compreensão da diversidade rural atual (2012, p. 1586):

> A emergência dessa nova ruralidade implica concepções diferenciadas dos processos de desenvolvimento. O desenvolvimento das áreas rurais deveria passar a considerar a diversidade de formas produtivas na agricultura e também as diferenças entre as próprias áreas rurais. A diversidade das áreas rurais e dos processos de desenvolvimento rural pode resultar de diferentes combinações de meios de vida, lógicas produtivas, estilos e trajetórias de desenvolvimento e modos de funcionamento do território, por exemplo, com maior ou menor presença da pluriatividade, da produção familiar ou empresarial, do predomínio ou não do modelo de modernização agrícola para a intervenção social, ou da maior ou menor ênfase no controle ambiental. (Freitas *et al*, 2012, p. 1586).

De acordo com Rodigheria, Grzybovskib e Silva (2023), um dos desafios no "novo rural" é reconhecer a capacidade das mulheres (e também dos jovens) no desempenho da gestão dos estabelecimentos rurais, por meio do desenho de estratégias que promovam a atuação das mulheres no comando das propriedades rurais, rompendo com as práticas até então reconhecidas como tradicionais, nas quais as atividades do meio rural eram executadas apenas por homens.

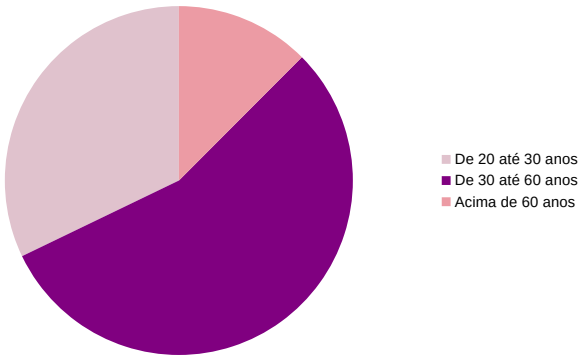
Para Karam (2004), o espaço rural é uma construção social e, como tal, deve ser estudado e compreendido a partir da identificação de suas especificidades, o que inclui os atores do meio rural na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, visando à identificação do perfil feminino que, nos dias de hoje, está à frente da gestão de estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul e que compõe uma categoria de ator do espaço rural moderno, buscou-se, inicialmente, classificar as características pessoais das mulheres para as quais a pesquisa foi direcionada.

Com efeito, a primeira parte do questionário elaborado para o desenvolvimento deste trabalho contempla perguntas sobre o perfil das respondentes, referentes a: idade, estado civil, número de filhos, nível de ensino e formação superior ou técnica relacionada à atividade rural ou à gestão de estabelecimentos rurais.

Notou-se, inicialmente, que a faixa etária predominante entre as respondentes, representando 55,36% das respostas, é a de 30 a 60 anos de idade, seguida da faixa etária de 20 a 30 anos, com 32,1% das respondentes. O gráfico a seguir permite a visualização da diferença entre as faixas etárias das mulheres gestoras de estabelecimentos rurais, evidenciando que o grupo que conta com mais de 60 anos é minoria nessa categoria.

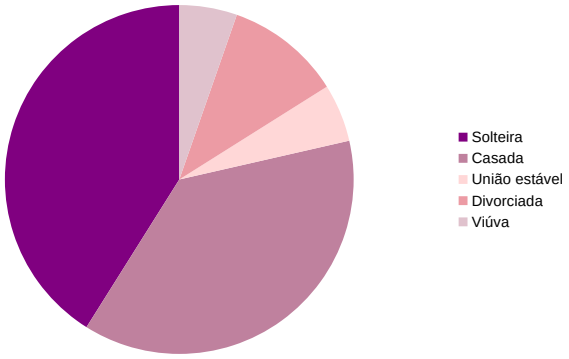
Gráfico 1 – Faixa etária das respondentes



Fonte: elaborado pelas autoras, com base em dados da pesquisa.

No que se refere ao estado civil das respondentes, identificou-se que a maioria das mulheres gestoras de propriedades rurais no Rio Grande do Sul se declararam solteiras (41,7%), número que, somado às respondentes que se declararam divorciadas (10,7%) e viúvas (5,3%), forma uma maioria de mulheres gestoras de propriedades rurais que não possuem relacionamento formal, com 57,7% das respostas. Já as mulheres casadas (37%) e em união estável (5,3%), formam 42,3% das respostas.

Gráfico 2 – Estado civil das respondentes

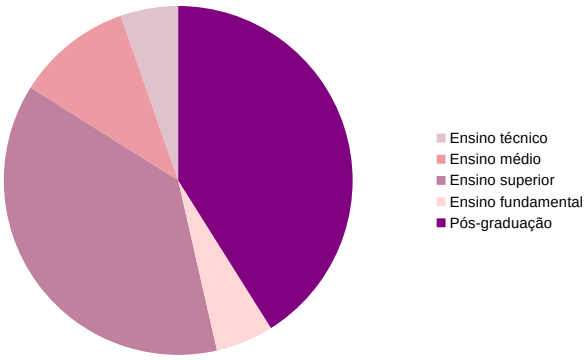


Fonte: elaborado pelas autoras, com base em dados da pesquisa.

Quanto ao nível de ensino dessas mulheres, notou-se que a maioria procurou estudar e se qualificar. Com efeito, 41,07% das respondentes declarou possuir curso de pós-graduação, enquanto 37,5% delas disse ter ensino superior, correspondendo a 78,57% das mulheres.

Apenas 10,71% informaram ter completado o ensino médio, enquanto 5,30% disseram ter feito apenas o ensino fundamental e 5,30% declararam ter realizado curso no ensino técnico.

Gráfico 3 – Nível de ensino das respondentes



Fonte: elaborado pelas autoras, com base em dados da pesquisa.

As áreas de formação declaradas pelas gestoras de propriedades rurais gaúchas são as seguintes: administração, agronomia, zootecnia, direito, educação, engenharia da produção, farmácia, geografia, história, medicina veterinária, técnica agrícola, técnica agropecuária, tecnóloga em agronegócio e tecnóloga em processos gerenciais.

Conforme os dados do Cepea (2018), o aumento da participação das mulheres no agronegócio é uma consequência da busca delas por obter níveis mais elevados de educação formal. Dos resultados obtidos neste estudo pode-se observar que os cursos técnicos realizados pelas respondentes possuem estreita relação com a gestão da propriedade rural (técnico agrícola, técnico em agropecuária, tecnólogo em agronegócio e tecnólogo em processos gerenciais), ao passo que, aquelas que declaram possuir nível superior de ensino, apenas as administradoras, as agrônomas, as zootecnistas, as engenheiras de produção e as médicas veterinárias é que possuem formação em áreas diretamente relacionadas à atividade rural que exercem.

Em resumo, a partir da identificação das características das mulheres que responderam ao questionário desta pesquisa, pode-se verificar um número significativo de mulheres jovens, de maioria solteira e com alto nível de escolaridade.

Os dados levantados, portanto, contrapõem o estudo de Pinilla (2019), para quem, ressalvadas as particularidades de cada país, as mulheres rurais da América Latina, de modo geral, possuem baixos níveis de escolaridade e alta taxa de analfabetismo, especialmente entre mulheres mais velhas. Os dados desta pesquisa, entretanto, evidenciam que 82,07% das gestoras têm algum curso técnico, de graduação ou de pós-graduação, sendo que 5,36% declarou ter ensino fundamental e 10,71% ensino médio, não se identificando a ocorrência de analfabetismo no caso concreto.

3.2. Caracterização das propriedades

Pinilla (2019, p. 176) menciona que as mulheres rurais da América Latina apresentam “escasso acesso à propriedade da terra e à gestão de contribuições, tecnologias e conhecimentos técnicos”.

No que tange ao acesso a terra, o presente estudo identificou que, das 56 gestoras que responderam a pesquisa, 30% disseram que gerenciam áreas com menos de 50 ha; 12,5% disseram gerir áreas com extensão de 51 a 100 ha; 12,5% declararam gerenciar áreas de 101 a 500 ha; 23,2% declararam que as áreas sob sua gerência possuem extensão de 101 a 500 ha; e 21,4% disseram que as áreas que gerenciam são maiores de 1.000 ha.

Ainda referente ao acesso a terra, identificou-se que 53,5% das respondentes afirmaram não arrendar terras, enquanto o restante (46,5%) disse arrendar áreas com extensões diversas, variando entre três hectares e 1.500 hectares. Com efeito, 47,4% das respondentes afirmaram contar com capital para arrendar terras.

Nesse sentido, constata-se que, 43,9% das propriedades identificadas podem ser consideradas como grandes propriedades, nos termos definidos pelo Incra (2017).

O presente trabalho, por ter sido realizado com mulheres que se declaram como gestoras de estabelecimentos rurais, evidencia o nível de acesso a terra que o perfil feminino gaúcho possui, indicando que as mulheres gestoras de propriedades rurais possuem acesso a terra em diversos níveis de extensão, desde pequenas propriedades, com menos de 50 hectares, até grandes propriedades, com mais de 1.000 hectares, e que elas ainda arrendam extensões territoriais para produção que estejam ao seu alcance, havendo indicação de caso de arrendamento de 1.500 hectares de terras.

Outro fator que se buscou identificar nas propriedades rurais geridas por mulheres, foi a atividade desenvolvida por elas. Destacou-se a atividade da agricultura, como a principal atividade realizada, tendo em vista que contou com 50,9% das respostas obtidas. Em seguida, a atividade da pecuária representou 40,4% das respostas. Por fim, as atividades de turismo rural e de hortifrutigranjeiro aparecem entre as respostas em menor grau, com 3,5% para cada ramo de atividade.

Nesse sentido, o estudo pode evidenciar uma ausência de pluriatividade nas propriedades rurais geridas por mulheres no Rio Grande do Sul. Consoante mencionado anteriormente, Freitas *et al* (2012) afirmam que um dos aspectos da nova ruralidade é a presença de pluriatividade nas propriedades rurais, caracterizada pela diversificação da produção desenvolvida. Entretanto, apesar de não ter sido identificada a pluriatividade nos casos estudados, entende-se que a presença do perfil feminino na gerência de monoculturas também deve ser estudada sob a perspectiva do novo rural, haja vista a diversificação que esse espaço compreende, seja pelo novo meio de vida que ele proporciona a essas mulheres, seja pelo seu estilo de produção ou pela trajetória que elas desenvolveram enquanto gestoras de propriedades rurais, no mesmo contexto conforme já mencionado por Freitas *et al* (2012).

Quanto ao desempenho das atividades, as mulheres gestoras foram questionadas quanto à obtenção de ajuda para o exercício das atribuições inerentes à atividade rural. Verificou-se que apenas duas respondentes declararam gerir suas propriedades sozinhas, enquanto 54 das pesquisadas disseram contar com a ajuda de familiares, funcionários diversos (gerentes, peões, capatazes), sócios e médicos veterinários. Das 54 gestoras que disseram contar com ajuda de outras pessoas no trabalho, 47 afirmaram investir capital na contratação de mão de obra assalariada. Ou seja, uma minoria (apenas 7 mulheres) contam com ajuda não contratada, de modo geral, de seus familiares.

Relativamente ao perfil das duas pesquisadas que afirmaram desempenharem sozinhas as atividades inerentes à gestão da propriedade rural, verificou-se que ambas desenvolvem a atividade de agricultura nas terras, sendo que uma propriedade possui entre 51 e 100 hectares e outra possui entre 101 a 500 hectares, sendo que, nesta segunda área mencionada, a gestora possui formação superior em agronomia. Franceschini (2017) afirma que a figura masculina ainda é predominante na gerência das atividades do agronegócio, o que corrobora a realidade constatada neste estudo, no qual se identificou que apenas duas das 56 respondentes realizam a gerência rural sozinhas.

Quando questionadas sobre a forma como se deu seu ingresso na atividade de gestão do agronegócio, 78,9% das gestoras afirmaram que sua inserção se deu pela sucessão familiar, enviando-se, portanto, que a maioria do perfil feminino identificado no Rio Grande do Sul como responsável pela gestão de estabelecimentos rurais assumiu a função em decorrência da sucessão geracional. Outros 17,5% das respondentes disseram ter aderido às funções devido ao casamento, ou seja, essas mulheres se casaram com produtores rurais e passaram a desempenhar funções atinentes à gestão da propriedade.

Spanevello (2008) retratou em seu estudo a dificuldade histórica das filhas mulheres se tornarem gestoras ou proprietárias de estabelecimentos rurais, sendo que, por muito tempo, esse foi um papel assumido predominantemente pelos filhos homens. Brumer *et al* (2004) também identificaram uma tendência na assunção dos homens à gestão e à organização do trabalho dentro dos estabelecimentos rurais, figurando como os principais responsáveis pelos contatos para a produção e a comercialização dos produtos agrícolas, contato com os técnicos, agentes bancários, entre outros.

Por outro lado, os dados de Spanevello *et al* (2022) passaram a indicar que o aumento da tecnificação e do acesso aos meio de comunicação no meio rural, a inclusão nas mulheres nas políticas de crédito e reforma agrária, a participação em movimentos sociais, a insurgência de estudos que ressaltam a importância das mulheres na produção das cadeias curtas, o novo contingente feminino envolvido nos processos de êxodo rural, o acesso ao ensino superior, entre outros aspectos, sugerem a ocorrência de mudanças no cenário rural quanto ao papel desempenhado pelas mulheres enquanto atrizes do novo rural.

Neste estudo, identificou-se que 1,8% das mulheres que participaram da pesquisa assumiram a gestão das propriedades rurais a partir da criação de empreendimento próprio e outros 1,8% assumiram a gestão de estabelecimentos em decorrência da prestação de serviços rurais. Castro *et al* (2022) estimaram que, entre 2004 e 2015, o número de mulheres atuando no mercado de trabalho do agronegócio cresceu 8,3%, enquanto o número de homens caiu 11,6%, de modo que a participação da mulher no mercado de trabalho do agronegócio ampliou-se de 24,11% para quase 28% nesse período. Para esses autores, as mulheres estão concentradas na agroindústria e nos agros serviços, e não tanto na produção primária, onde se identifica funções mais destinadas aos homens.

Quanto ao tempo de inserção das mulheres que participaram da pesquisa no meio rural, a grande maioria afirmou estar envolvida, direta ou indiretamente, desde a infância ou juventude, pois são filhas ou esposas de produtores rurais, apresentando uma maior inserção de acordo com o nível de assunção de responsabilidades na gestão das propriedades.

Spanevello *et al* (2019) referem que, historicamente, as mulheres procuravam outras formas de exercer a gestão do seu trabalho e da renda, sem necessariamente estar relacionada com a produção agropecuária, como é o caso das atividades não agrícolas, isso porque elas intencionavam garantir uma renda individual, tendo em vista que a renda agrícola seria computada no conjunto da família, e isso gerava a independência financeira das mulheres (Silva, 2009).

Para Rickson e Daniels (1999), a maior parte das estruturas de tomada de decisão permanece segregada por sexo, pois as mulheres tomariam mais decisões sobre questões internas e os homens sobre questões externas de gestão de recursos, embora ocorram decisões compartilhadas.

Desse modo, verificar a existência de diversas mulheres no comando da gestão de propriedades rurais atualmente evidencia uma mudança no que era reconhecido como tradição na gestão dos estabelecimentos rurais, quando as mulheres precisavam buscar alternativas na obtenção de renda própria, pois a gerência dos recursos era comandada principalmente pelos seus pais, irmãos ou maridos, conforme apontam diversos estudos (Hamer, 2004; Spanevello *et al*, 2019; Silva, 2009; Rickson e Daniels, 1999).

3.3. Caracterização da atividade gestão do estabelecimento rural

Bharadwaj *et al* (2013) sugerem que as mulheres que vivem no meio rural, muitas vezes, preferem trabalhar fora dos estabelecimentos rurais, motivação essa que estaria associada à busca por independência econômica, à obtenção de melhores condições de vida, ao acesso à previdência social e, inclusive, ao encontro de reconhecimento social.

O presente item da pesquisa foi destinado à obtenção de informações acerca dos desafios encontrados pelas mulheres gaúchas que permaneceram no desempenho de atividades inerentes à gestão dos estabelecimentos rurais. O campo do questionário destinado às respostas era aberto, proporcionando que as participantes da pesquisa pudessem expressar a realidade enfrentada por elas individualmente.

As respostas foram agrupadas da seguinte forma: aquelas que indicavam desafios relacionados à condição de gênero; aquelas que indicavam desafios relacionados à capacitação pessoal; e aquelas que estavam relacionadas ao enfrentamento de desafios relacionados à ocupação agropecuária e à infraestrutura da propriedade.

Inicialmente, cumpre registrar que quatro participantes da pesquisa optaram por não indicar os desafios enfrentados à frente da gestão dos estabelecimentos agropecuários.

Entre aquelas que responderam os desafios classificados como relacionados à condição de gênero (de ser mulher), 38,8% das respostas evidenciaram uma relação com a existência de machismo no meio rural e com a falta de credibilidade na gestora por sua condição de mulher. Uma das respondentes mencionou que gostaria de "mostrar que também sei fazer para meu pai e irmãos"; outras duas mencionaram haver "descrença por ser mulher" e "falta de credibilidade por ser mulher"; "falta de confiança no potencial feminino"; outra participante referiu que precisa haver "o entendimento que as mulheres têm as mesmas capacidades" e que há "machismo de alguns funcionários". Algumas mulheres mencionaram em suas respostas apenas a palavra "preconceito" e outra referiu não haver "oportunidade de falar em meio masculino".

A pesquisa realizada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) denominada "Todas as Mulheres do Agronegócio" (2017) identificou que 44,2% das entrevistadas disseram perceber "preconceito evidente" relacionado ao seu gênero no desempenho de atividades relacionadas ao agronegócio. Outros 30% referiram perceber "preconceito sutil".

No setor do agronegócio, os profissionais precisam combinar conhecimentos técnicos específicos de produção com habilidades de gestão, além de manter uma perspectiva aberta em relação aos negócios (Annes; Wright; Larkins, 2020). Entretanto, conforme visto, para as mulheres, os desafios ultrapassam a necessidade de ter conhecimento técnico e habilidades de gestão. Hammer (2004) afirma que gestoras de empresas familiares rurais sofrem com a descrença relativa à sua capacidade de gestão, o que muitas vezes parte de seus próprios familiares e de funcionários com quem trabalham.

Para Carvalho e Azevedo (2018), as mulheres enfrentam inúmeras barreiras para ocupar cargos de liderança, entre elas, a cultura brasileira de valorizar os homens e dar preferência a eles para a ocupação dos cargos de liderança, seja em empresas ou no agronegócio, o que põe em questionamento as habilidades das mulheres para o exercício da liderança.

Já Bruschini (1998) afirma que, apesar da sobrecarga de trabalho atribuída à figura feminina, o nível de escolaridade e os novos padrões culturais e demográficos prepararam as mulheres para assumir cargos de comando e serem proprietárias de seus próprios empreendimentos.

Relativamente aos desafios encontrados pelas gestoras na capacitação pessoal, 31,3% das pesquisadas mencionaram enfrentar desafios como: a falta de oportunidade; a falta de

apoio de sua família para o desempenho das atividades; dificuldades para conciliar a vida pessoal e profissional; a desvalorização de sua capacidade, além da falta de conhecimento técnico e de capacitação.

Segundo a Conab (2022), as mulheres que assumem papéis de liderança convivem com desafios constantes de harmonização entre vida pública, pessoal e familiar. Já para o Cepea (2021), a baixa estima e a maternidade têm grande impacto na carreira das gestoras. A maternidade é citada, inclusive, como um empecilho para a conciliação entre trabalho e o planejamento da vida pessoal e familiar, principalmente quando na própria estrutura familiar há a divisão desigual das tarefas domésticas e da parentalidade.

Por fim, 30% das respostas apontaram que as pesquisadas enfrentam desafios relativos à ocupação agropecuária e à infraestrutura da propriedade. Relativamente à atividade rural, algumas respondentes da pesquisa mencionaram que "existem inúmeros desafios no meio rural", citando entre eles: dificuldade de acesso a mercados e negócios; ausência de mão de obra qualificada; dificuldade na obtenção de crédito financeiro; exigências legislativas excessivas; ausência de ferramentas e sistemas inovadores de gestão.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), apenas 10% das mulheres obtêm acesso a créditos. Além do dinheiro, que por si só já é um fator determinante, as agricultoras sofrem restrições de acesso à própria terra (FAO, 2021). Em conjunto, a disponibilidade de assistência técnica para o plantio é dificultada, assim como o acesso a insumos agrícolas, sementes, ferramentas, água, tecnologias, culturas rentáveis, cooperativas rurais e mercados de produção. Suguimoto *et al* (2021) indicam que apenas 5% das mulheres do ramo agropecuário conseguem acesso a todo o suporte necessário para a produção de forma satisfatória.

Das políticas públicas brasileiras, como a de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a única opção que é exclusiva para as agricultoras femininas é o Pronaf Mulher, um subprograma que integra o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf Mulher foi criado com o intuito de contribuir para a autonomia econômica das mulheres e dar visibilidade às suas atividades, mas os resultados continuam distantes do ideal almejado, pois o crédito oferecido às mulheres está longe de se efetivar como instrumento de empoderamento econômico (Feldmann *et al*, 2023).

Nesse contexto, Castro *et al* (2022) citam que mudanças de nível econômico global e das relações sociais e demográficas contribuem para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, inclusive no agronegócio, ainda que com um diferencial referente aos rendimentos.

Quanto aos desafios relacionados à infraestrutura da propriedade, especificamente, algumas respondentes relataram que a propriedade precisa de melhorias e outras mencionaram a falta de capital para investimento na infraestrutura ou em equipamentos, especialmente na atividade pecuarista.

De acordo com Cepea (2021), muitas mulheres citam que os problemas relacionados à infraestrutura das propriedades vão desde o isolamento das regiões de produção e dos problemas logísticos de acesso, até a ausência de comodidades e a precariedade de serviços básicos.

Tem-se, portanto, que o presente estudo corrobora o levantamento já efetuado por Dias (2008), que menciona que as mulheres gestoras de agronegócios sofrem resistência quanto à sua participação em cargos de liderança, bem como enfrentam dificuldades relativas à credibilidade, além da ausência de políticas públicas de incentivo à mulher no agronegócio e da falta de linhas de crédito específicas para esse público.

4. Considerações finais

Objetivo deste trabalho envolveu identificar o perfil feminino que, nos dias de hoje, está à frente da gestão de estabelecimentos rurais gaúchos, bem como analisar as características das propriedades geridas e os desafios enfrentados pelas gestoras no exercício da atividade rural em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Verificou-se que, no Rio Grande do Sul, grande parte das gestoras tem consciência da existência de preconceitos de gênero e resistências por parte de seus familiares e trabalhadores conjuntos pelo fato dessas mulheres ocuparem posição de gestão, em um ambiente de trabalho que é historicamente considerado como predominantemente masculino.

Além do preconceito de gênero, com o presente estudo foi possível identificar que existem outros desafios encontrados pelas gestoras no meio rural, como a falta de linhas de crédito específicas para o público feminino rural e de políticas públicas que incentivem a sua permanência no meio rural.

A história do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho é marcada por grandes dificuldades. A igualdade e reconhecimento vêm sendo construídos ao longo dos anos. No entanto, o protagonismo feminino e a atuação da mulher no agronegócio não podem ser limitados às caracterizações vistas no presente trabalho. Com efeito, o estudo aqui desenvolvido é descritivo de apenas uma região brasileira, sendo importante que a investigação seja aprofundada, de modo semelhante, mas que contemple outras regiões com distintas realidades no território brasileiro.

A relevância de se identificar as transformações do meio rural brasileiro e de compreender o papel que o perfil feminino vem desempenhando junto ao desenvolvimento rural podem proporcionar a readequação das políticas públicas existentes para esse público específico ou, ainda, incentivar a criação de novas políticas que fortaleçam a mulher rural.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG). **Perfil Todas as Mulheres do Agronegócio Brasileiro**: Sumário Executivo 2017. Disponível em: https://abag.com.br/categoria/ieag/pesquisas/. Acesso em: 06 jun. 2023.

BHARADWAJ, L.; FINDEIS, J..; CHINTAWAR, S. **Motivações para trabalhar fora da fazenda entre mulheres agricultoras dos EUA.** The Journal of Socio-Economics, v. 45, p. 71-77, 2013. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1053535713000632. Acesso em: 11 de jun. de 2023.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br. Acesso em: 08 de jan. de 2024.

BRITO, C. de M. P.; DO NASCIMENTO, P. B. S. **Agroecologia e empoderamento de mulheres de uma comunidade sertaneja do semiárido baiano**. Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 140-166, 2020. DOI: 10.22481/poliges.v1i1.8267.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** Revista Estudos Feministas, v. 12, p. 205-227, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HNg95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 de mar. de 2025.

BRUMER, A.; GIACOBBO, E. **A mulher na pequena agricultura modernizada**. Humanas, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, v. 16, n. 1, p. 139-156, 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HNg95Kj5QQkqFCR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 de jun. de 2023.

BRUSCHINI, C. **O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes**. Revista Estudos Feministas, v. 2, p. 179-199, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16102/14646. Acesso em: 30 de mar. de 2025.

CARVALHO, T.C. M.; AZEVEDO,A. W. **Liderança feminina em biblioteca universitária e sua influência na motivação organizacional**. Ciência da Informação em Revista, v. 5, n.3, p. 20-29, 2018. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/5204.Acesso em:25 de mai. de 2024.

CASTRO, N.; SOUZA JUNIOR, M. L. de.; MORAIS, A. C. de P., GILIO, L.; BARROS, G. S. de C.; ALMEIDA, A. N. de. **Participação feminina e diferenciais de rendimento no mercado de trabalho do agronegócio**. Economia Aplicada, v. 26, n. 1, p. 55-80, 2022.Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/157975 . Acesso em: 15 de jun. de 2023.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **Mulheres no agronegócio**. Piracicaba: Cepea, v. 1, n.1, 2018. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_FINAL.pdf. Acesso em: 08 de jan. de 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Boletim da Agricultura Familiar.** Brasília, DF, v. 2, n. 1, março. 2022.Disponível em: https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/boletim-agricultura-familiar. Acesso em: 30 de mai. de 2024.

DIAS, L. **Liderança feminina no agronegócio: principais desafios enfrentados pelas mulheres gestoras.** 2008. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8976 . Acesso em: 20 de jun. de 2023.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/. Acesso em 5 de set. de 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food and Agriculture 2021.** Making agrifood systems more resilient to shocks and stresses. 2021. Rome, FAO. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cb4476en. Acesso em: 25 de mai. de 2024.

FELDMANN, N.; CHINI, A.; CASSOL, S. P.; MUHL, F. R.; LENHARDT, E. **agronegócio e gênero: a categoria feminina na operacionalização das propriedades rurais**. Revista

Inovação: Gestão e Tecnologia no Agronegócio, v. 2, p. 117-143, 2023. Disponível em https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8976. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

FERIGOLLO, D.; KIRSTEN, V. R.; HECKLER, D.; TORRES, O. A.; PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R. M. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul**. Revista de Saúde Pública, v. 51, p. 6, 2017.

FRANCESCHINI, A. **A integração das mulheres no agronegócio** [entrevistada pela Equipe da redação-Agroanalysis]. AgroANALYSIS, v. 37, n. 4, p. 7-10, 2017.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. **Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas.** Revista de Administração Pública (RAP). Rio de Janeiro 46(6):1575-97, nov./dez. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GRAZIANO, J. S. **O novo rural brasileiro.** 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 2002. ISBN 85-86215-21-X.

HAMER, E. **As mulheres surpreendem na gestão**. Campo de análise. no. 24 ano 1. Disponível em: http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2826. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em:https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html.Acesso em: 25 de mai. de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA (INCRA) **Tamanhos das propriedades rurais**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br tamanho-propriedades rurais Acesso em: 20 de fev. de 2024.

KARAM, K. F. **A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, jan/abr., 2004.

MOTTLEY. M. **Mulheres rurais no Caribe: Agentes fundamentais da transformação para um desenvolvimento genuíno e sustentável**. Lutadoras: Mulheres rurais no mundo. 2019. p. 161 . ISBN: 978-92-9248-852-9.

PINILLA. S. **Desenvolvimento territorial, melhores oportunidades para as mulheres rurais.** Lutadoras: Mulheres rurais no mundo. 2019. p. 173-182 . ISBN: 978-92-9248-852-9.

RICKSON, S. T.; DANIELS, P. L. (1999**). Rural Women and Decision Making: Women's Role in Resource Management During Rural Restructuring**. Rural sociology, 64(2), 234-250. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1549-0831.1999.tb00016.x?casa_token=k-oktQJZwekAAAAA:Nv-

rWJ7ZqBNQNhW1SEE7U_ij2Ae4t0pEvJ9q7cxqh2nQRKvf_4YuY. Acesso: 30 de mai.de 2024.

RODIGHERI, R.; GRYZYBOVSKI, D.; da SILVA, M. H. **Gestão de propriedades rurais familiares: dificuldades, desafios e sucessão.** Organizações Rurais & Agroindustriais, 25, e1980-e1980.Disponível em: DOI: 10.48142/2520231980.Acesso em: 25 de mai. de 2024.

SILVA, C. B. de C.. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2009. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22983. Acesso em: 23 de jun. de 2023.

SPANEVELLO, R. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

SPANEVELLO, R. M.; DOEGE, A. M. N.; DREBES, L. M.; LAGO, A. **Mulheres rurais e atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar.** Desenvolvimento em questão, v. 17, n. 48, p. 250-265, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/752/75260400017/75260400017.pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

SPANEVELLO, R. M.; OLIVERIA, S. V. de.; LAGO, A.; CHRISTOFARI, L. F.; ANDREATTA, T.; CHECHI, L. A. **O trabalho das mulheres na pecuária leiteira: análise em contextos de produção modernos, tradicionais e em transição no Rio Grande do Sul (Brasil)**. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, v. 10, p. 655-676, 2020.

SPANEVELLO, R. M.; BOSCARDIN, M.; CHRISTOFARI, L. F.; LAGO, A.; ANDREATTA, T.; BOTENE, T. S. **O trabalho feminino no espaço rural.** Revista Estudo & Debate, v. 29, n. 1, 2022. Disponível em: http://www.univates.br/revistas/. Acesso em: 25 de jun. de 2023.

SUGUIMOTO, D. Y. L.; CHAVES, A. M.; COUTINHO, D. R.; ABUD, S. **Análise teórica: a participação feminina na atividade econômica rural.** cap 15, p. 182-191, v. 4. Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável, 2021. E-book. Disponível em: 10.37885/210203375. Acesso em: 20 de abri. de 2024.